

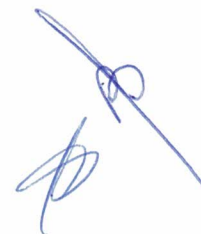
STEC
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2018**



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11





KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Triade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 2106-6700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da
STEC Participações S.A.
Araçatuba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da STEC Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício de 11 meses e 2 dias findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da STEC Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício de 11 meses e 2 dias findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não

- mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Carlos, 15 de julho de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-027666/F



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

STEC Participações S.A.

Demonstração de resultados

Exercício de 11 meses e 2 dias findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>Controladora</u> 2018	<u>Consolidado</u> 2018
Receita operacional líquida	25	-	39.533
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	26	-	(36.926)
		<u>-</u>	<u>2.607</u>
Lucro bruto			
Despesas com vendas	26	-	(1.886)
Despesas administrativas e gerais	26	(16)	(13.052)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	-	(984)
		<u>(16)</u>	<u>(13.315)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, e impostos			
Despesas financeiras	27	(5)	(1.400)
Receitas financeiras	27	-	450
		<u>(5)</u>	<u>(950)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas			
Equivalência patrimonial	14	(17.781)	-
		<u>(17.802)</u>	<u>(14.265)</u>
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	-	(3.537)
		<u>(17.802)</u>	<u>(17.802)</u>
Resultado do exercício			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STEC Participações S.A.

Demonstração de resultados abrangentes

Exercício de 11 meses e 2 dias findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2018	2018
Resultado do exercício	(17.802)	(17.802)
Resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(17.802)</u>	<u>(17.802)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STEC Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício de 11 meses e 2 dias findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total
Constituição da Companhia em moeda nacional conforme Ata de 29 de janeiro de 2018	1	-	-	1
Incorporação do acervo líquido - Tecsoil - Nota 1	39.747	-	-	39.747
Aumento de capital conforme AGE de 10 de setembro de 2018	803	-	-	803
Variação cambial de conversão de operações no exterior	-	(28)	-	(28)
Prejuízo do exercício	-	-	(17.802)	(17.802)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	40.551	(28)	(17.802)	22.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STEC Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício de 11 meses e 2 dias findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2018	Consolidado 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		(17.802)	(17.802)
Ajustado por:			
Depreciação	15	-	2.250
Amortização	16	-	903
Provisão para perdas estimadas em créditos	11	-	191
Provisão para <i>impairment</i> de estoques	12	-	809
Equivalência patrimonial	14	17.781	-
Juros incorridos	24	-	160
Imposto de renda e contribuição social		-	3.537
		(21)	(9.952)
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		-	(1.410)
Estoques		-	(10.983)
Adiantamentos a fornecedores		-	1.779
Tributos a recuperar		-	(4.113)
Outras contas a receber		-	(611)
Fornecedores		2	7.677
Adiantamento de clientes		-	1.049
Impostos e contribuições a recolher		-	51
Imposto de renda e contribuição social		-	1.089
Salários e férias a pagar		-	1.646
Tributos parcelados		-	1.988
Outros passivos		-	(41)
		-	(52)
Juros pagos		-	(3.537)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-
		(19)	(15.420)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aporte em investimento	14	(20.984)	-
Aquisição de imobilizado	15	-	(9.095)
Aquisição de intangível	16	-	(9.834)
		(20.984)	(18.929)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de Debêntures	21	20.200	-
Aumento de capital		803	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	19.401
Captação de empréstimos e financiamentos	18	-	3.654
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	18	-	(508)
		21.003	22.547
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos			
		-	(11.802)
Redução em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa recebido na incorporação da Tecsoil Automação e Sistemas S.A.	1	-	12.062
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	1	260
		-	(11.802)
Redução em caixa e equivalentes de caixa			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A STEC Participações S.A. (“Companhia”), sediada na cidade de Araçatuba - SP à Rua Abraão Vinhas, nº 242, Jardim Concórdia II, tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades como sócia, acionista ou quotista; e gestão e administração de bens próprios.

A Companhia foi constituída em 29 de janeiro de 2018 com a denominação social “SF Seventy Two Participações Societárias S.A.” e em 26 de março de 2018, mediante Assembleia Geral Extraordinária, foi alterado sua denominação social para STEC Participações S.A. Nesta data a os acionistas da Companhia contribuíram com 100% das ações de sua propriedade da Tecsoil Automação e Sistemas S.A. para o aumento de capital da Companhia.

O laudo de avaliação do acervo líquido contábil da Tecsoil Automação e Sistemas S.A., datado de 31 de janeiro de 2018, foi preparado por profissionais independentes que apuraram o valor patrimonial com base nas informações contábeis nesta data:

Ativo	31.01.2018	Passivo	31.01.2018
Caixa e equivalentes de caixa	12.062	Fornecedores	3.041
Contas a receber de clientes	4.952	Empréstimos e financiamentos	2.049
Estoques	12.866	Salários e férias a pagar	1.392
Impostos a recuperar	3.138	Impostos e contribuições a recolher	1.662
Adiantamento a fornecedores	1.229	Adiantamento de clientes	26
Outros ativos circulantes	309	Impostos parcelados	472
Outros ativos não circulantes	350	Outras contas a pagar	660
Intangível	6.582	Total do passivo incorporado	9.302
Imobilizado	7.561		
Total do ativo incorporado	49.049	Capital social	40.000
		Reserva de capital	250
		Prejuízo acumulado	(503)
		Acervo líquido incorporado	39.747

1.1 Situação econômica e financeira da Companhia e suas controladas

No exercício de 2018 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 17.802, originado, substancialmente, pelo prejuízo da controlada Tecsoil Automação e Sistema S.A., decorrente, sobretudo, do aumento de custos fixos e de despesas administrativas, dado à relevante expansão de suas atividades comerciais. Esta situação decorre, ainda, do fato de que grande parte dos investimentos da controlada é representada por intangíveis de desenvolvimento de novos produtos (soluções) e estes investimentos serão revertidos em resultados quando da venda de novos produtos e serviços nos próximos exercícios. Também tem impacto significativo no resultado do exercício o aumento da participação de novos contratos com geração de receita recorrente, em detrimento dos contratos de venda pura de soluções.

Durante o exercício de 2018 a controlada expandiu suas operações com a abertura de novas filiais nas cidades de Sinop, Rondonópolis e Querência no Estado do Mato Grosso, Rio Verde em Goiás e Luís Eduardo Magalhães no Estado da Bahia. Além disso, iniciou suas operações internacionais nos Estados Unidos, onde já atua em um milhão de hectares, e países da América Latina: Peru, Colômbia e Guatemala.

Houve, no exercício, novos aportes de recursos dos acionistas à medida que as necessidades de caixa surgiram. Quando das chamadas de capital, os acionistas aportaram recursos, demonstrando confiança nos negócios e grande expectativa de rentabilidade futura dos investimentos.

2 Entidades da Companhia

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação das seguintes controladas, conforme segue:

	<u>Percentual de participação (%)</u> 2018
Controladas diretas:	
Tecsoil Automação e Sistemas S.A.	100%
Tecsoil U.S.A. Inc.	100%

Tecsoil Automação e Sistemas S.A., constituída em 13 de agosto de 2015, sediada na cidade de Piracicaba - SP à Rua David Antunes, nº 230-A, Vila Monteiro e filial na cidade de Araçatuba - SP à Rua Abraão Vinhas, nº 242, Jardim Concórdia II.

Tecsoil U.S.A. Inc., sediada em City of Dover, Delaware, constituída em 26 de julho de 2018 e filiais em West Palm Beach, Flórida e West Lafayette, Indiana, Estados Unidos da América, constituídas, respectivamente, em 17 de outubro de 2018 e 20 de novembro de 2018.

Ambas as Companhias têm como objeto social, as principais seguintes operações:

- Desenvolvimento e licenciamento de programas para computadores;
- Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;

- Fabricação e manutenção de aparelhos, equipamentos de medida, teste e controle;
- Instalação, manutenção e reparo de computadores e equipamentos periféricos;
- Aluguel de máquinas e equipamentos;
- Outras atividades de telecomunicações.

As Companhias atuam sob a denominação comercial "Solinftec". Do preparo de solo à colheita, as soluções das Companhias fazem parte do dia-a-dia da produção agrícola em mais de 8,0 milhões de hectares cultivados. Uma plataforma agnóstica, que conecta pessoas, máquinas de diferentes modelos e fabricantes, e informações climáticas, criando um ecossistema inteligente que fornece insights para a otimização de operações mecanizadas, racionalização de insumos e aumento de produtividade.

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 15 de julho de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 8.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 11 - Contas a receber de clientes (provisão para perdas esperadas no contas a receber de clientes); e

Nota explicativa nº 16 e 8 (h) - Intangível (mensuração dos gastos capitalizáveis).

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 15 e 8 (g) - Vida útil de ativo imobilizado;

Nota explicativa nº 16 e 8 (h) - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento).

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas, requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas, regularmente revisa todas as mensurações significativas de valor justo através de dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas, usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas, reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas, aplicaram inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, nenhuma destas normas afetaram as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

a. CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Este pronunciamento substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

A Administração avaliou essa nova norma e não identificou efeitos relevantes em suas informações contábeis, considerando a natureza de suas transações de venda e prestação de serviços, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa.

b. CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com este pronunciamento, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 substituiu o modelo de 'perdas incorridas' do CPC 38 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

Na avaliação da Companhia não foi identificado impacto material para que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 fossem aumentados.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

8 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras de controladas, assim como as de coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre empresas da Companhia, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com companhias investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no

patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

c. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota a tributação com base no lucro presumido, em regime de competência, para cálculo do imposto corrente. A base de cálculo para apuração do imposto de renda corresponde a 8% e 32% de suas receitas operacionais, vendas e serviços prestados, respectivamente. Para a apuração da contribuição social sobre o lucro líquido, a base de cálculo representa 12% e 32% das referidas receitas. Sobre estas bases somam-se ainda as outras receitas operacionais (preponderantemente as receitas financeiras).

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro presumido tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes pelo regime de apuração pelo lucro presumido. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na

aquisição de estoques e custos de produção de *hardwares*. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Estoque em poder de terceiros é compreendido por equipamentos desenvolvidos pela Companhia, sobretudo, *hardwares*, remetidos a clientes para demonstração e testes operacionais.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Edificações	4%
Veículos	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Equipamentos locados	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

h. Ativos intangíveis

(i) Projetos de pesquisa & desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Software

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

(iii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil média estimada para o exercício corrente e comparativa é a seguinte:

Software	5 anos
Projetos de desenvolvimento de soluções - Softwares e hardwares	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018
Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são

	reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Capital social**

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

j. **Redução ao Valor Recuperável (Impairment)**

(i) **Ativos financeiros não-derivativos**

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de

recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:
Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;

Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

k. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

(ii) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são

alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

I. Receita operacional

(i) Venda de produtos (Hardware e Software)

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(ii) Prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia está envolvida na comercialização de *hardwares* e *softwares* e na realização de serviços relacionados. Quando duas ou mais atividades geradoras de receita ou a entrega dos bens vendidos são realizados sob um mesmo acordo, cada componente, que é considerado uma unidade de medida, é registrado individualmente. A alocação da contraprestação de receitas para cada componente é baseada nos valores justos relativos de cada componente. Caso o valor justo de um item entregue não seja mensurável de maneira confiável, então a receita operacional é alocada baseada na diferença entre a contraprestação total do acordo e o valor justo do item não entregue.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) tenha um impacto imaterial nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de aplicação inicial.

a. CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração significativa no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos. As contas patrimoniais deverão sofrer alterações significativas, se tomarmos como base o fluxo de pagamentos associado também a determinação de variáveis, tais como:

- taxa de desconto;
- levantamento dos contratos que estarão cobertos pela isenção; e
- outros aspectos que necessitam de uma avaliação minuciosa para que possamos atribuir os valores exatos para fins de mensuração.

A Companhia concluiu a sua avaliação do modelo de transição e optou pela abordagem de transição simplificada, a qual não requer a reapresentação de valores. Para isso, realizou um estudo para verificar o impacto da aplicação desta norma nas demonstrações financeiras no período de adoção inicial e passará a reconhecer as contraprestações de arrendamento, que atualmente são registradas como despesas de aluguel, como amortização do direito de uso e despesas financeiras.

A Companhia reconhecerá um ativo e passivo para seus arrendamentos operacionais de imóvel urbano e veículos locados. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação do ativo de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a controlada Tecsoil Automação e Sistemas S.A. estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento, estimados, a princípio, entre R\$ 7.000 a R\$ 7.500 em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia não espera que a adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*).

b. Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u> 2018	<u>Consolidado</u> 2018
Caixa e bancos	1	255
Aplicações financeiras	-	5
	<u>1</u>	<u>260</u>

Estão representados por saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) indexados a 101% da variação do Certificado Interbancário (CDI) com liquidez inferior a 90 dias e sem alteração significativa de valor.

11 Contas a receber de clientes

	<u>Consolidado</u> 2018
Clientes nacionais	7.712
(-) Provisão para perdas esperadas	(2.754)
(-) Ajuste a valor presente	(48)
	<u>4.910</u>

A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

	<u>Consolidado</u> 2018
Créditos a vencer	3.398
Vencidos:	1.390
Até 30 dias	170
De 31 a 90 dias	136
De 91 a 180 dias	74
De 181 a 360 dias	2.544
Acima de 360 dias	<u>7.712</u>

12 Estoques

	<u>Consolidado</u> 2018
Mercadorias para revenda	10.840
Estoque em poder de terceiros	1.067
Matéria prima	2.659
Outros materiais	28
Provisão para <i>impairment</i> (*)	<u>(809)</u>
	<u>13.785</u>

(*) Refere-se a provisão para perdas com o equipamento MAG 300 devido a descontinuidade da operação deste produto, sem impactos no caixa da operação durante o exercício de 2018.

Estoque de mercadorias para revenda, matéria prima e outros materiais são avaliados ao custo médio de aquisição.

Estoque em poder de terceiros é composto por equipamentos e soluções desenvolvidos pela Companhia, sobretudo *hardwares*, remetidos a clientes para demonstração e testes operacionais sem o retorno até a data destas demonstrações financeiras.

13 Tributos a recuperar

	<u>Consolidado</u> 2018
Programa de Integração Social - PIS	66
Contribuição Financiamento da Seguridade Social - COFINS	334
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	697
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	5.684
Impostos de Renda e Contribuição Social - IRPJ e CSLL	461
Outros tributos a recolher	<u>9</u>
Total	<u>7.251</u>
Circulante	2.663
Não circulante	4.588

14 Investimentos

a. Movimentação dos investimentos

	Tecsoil Automação e Sistemas S.A.	Tecsoil U.S.A. Inc	Total
Incorporação do acervo líquido	39.747	-	39.747
Aporte de capital	-	1.903	1.903
Adiantamento para futuro aumento de capital	19.401	-	19.401
Ajuste acumulado de conversão	-	(28)	(328)
Resultado de equivalência patrimonial	(17.187)	(594)	(17.781)
	<u>41.961</u>	<u>961</u>	<u>42.922</u>

b. Informações de controladas

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Efeito no resultado da Controladora
Tecsoil Automação e Sistemas S.A.	67.712	25.751	41.961	(17.187)	(17.187)
Tecsoil U.S.A. Inc	1.219	263	956	(594)	(594)
					<u>(17.781)</u>

15 Imobilizado – Consolidado

<u>Custo</u>	<u>Incorporação</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31.12.2018</u>
Terrenos	315	-	-	315
Edificações	1.668	-	-	1.668
Equipamentos locados (ii)	6.627	9.731	-	16.358
Móveis e utensílios	313	59	-	372
Equipamentos de informática	630	234	-	864
Máquinas e equipamentos	334	-	-	334
Veículos	109	134	-	243
Equipamentos em comodato (i)	-	8.561	-	8.561
Outros	110	107	-	217
	10.106	18.826	-	28.932
<u>Depreciação</u>	<u>Incorporação</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31.12.2018</u>
Edificações	(139)	(44)	-	(183)
Equipamentos locados	(1.704)	(2.172)	-	(3.876)
Móveis e utensílios	(176)	(46)	-	(222)
Equipamentos de informática	(243)	(97)	-	(340)
Máquinas e equipamentos	(79)	(44)	-	(123)
Veículos	(24)	(27)	-	(51)
	(2.365)	(2.430)	-	(4.795)
<u>Saldo líquido</u>			<u>2018</u>	<u>Incorporação</u>
Terrenos			315	315
Edificações			1.485	1.529
Equipamentos locados (ii)			12.482	4.923
Móveis e utensílios			150	137
Equipamentos de informática			524	387
Máquinas e equipamentos			211	255
Veículos			192	85
Equipamentos em comodato (i)			8.561	-
Outros			217	110
			24.137	7.741

- (i) Equipamentos em comodato são representados por bens remetidos à clientes que estão em “Projetos pilotos”. Estes equipamentos, enquanto em fase de piloto, não são depreciáveis. Quando tornarem-se contratos ativos estes bens serão reclassificados para a rubrica de “Equipamentos locados”.

- (ii) Parte das adições ocorridas em 2018 na rubrica de “Equipamentos locados” não movimentaram o caixa pois foram transferidas dos estoques existentes em 2017 (na controlada) e que, após entrar em escala comercial em 2018, após locados, passaram a integrar esta rubrica.

16 Intangível

	Consolidado			
	Incorporação	Adições	Amortização acumulada	Líquido
Marcas e licenças adquiridas	2	-	(1)	1
Desenvolvimento de soluções - <i>Softwares e Hardwares</i> (*)	6.576	9.834	(900)	15.510
<i>Softwares</i>	4		(2)	2
	6.582	9.834	(903)	15.513

- (*) O intangível de desenvolvimento de soluções - *Softwares e Hardwares* é composto substancialmente por gastos de mão de obra técnica especializada, desenvolvedores, engenheiros, entre outros profissionais dedicados unicamente ao desenvolvimento de novos produtos e soluções.

Em 2018 os intangíveis de desenvolvimento são representados por 7 grandes projetos, denominados: “*Rede SolinfNet*”, “*Cultivos Perenes*”, “*Alice*”, “*Softwares de Gestão*”, “*Aplicações*”, “*Hardwares*” e “*Grãos e Fibras*”.

Estes ativos são registrados ao custo, deduzidos da amortização acumulada. A vida útil estimada destes projetos é de 5 anos e a amortização é realizada de forma linear a partir do início das operações comerciais que incluem estes novos produtos e soluções.

A amortização dos custos de desenvolvimento é alocada aos custos dos produtos vendidos e serviços prestados na medida em que os produtos são vendidos e/ou locados.

A Administração procedeu com o teste a valor recuperável das duas unidade geradoras de caixa (UGC’s): “*Sucroenergético*” e “*Grãos & Fibras*”. O valor recuperável estimado para cada UGC foi maior que o seu valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida.

17 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, quando o pagamento é devido dentro do período de um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

18 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	Vencimento	Garantias	2018
Finame	De 0,64% a 1,24% a.m.	2023	A	1.762
CCB	1,53% a.a.	2022	B	2.052
FIDC	2,5% a.m.	2019	B	895
Conta garantida	De 1,21% a 2,98% a.m.	2019	C	594
				<u>5.303</u>
Total				4.081
		Circulante		1.222
		Não circulante		

- A - Alienação fiduciária
- B - Cessão de contratos / Aval de acionistas
- C - Aval de acionistas

(i) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	2018
Incorporação - Acervo Teesoil	2.063
Captações	3.654
Pagamento de principal	(508)
Juros incorridos	146
Juros pagos	(52)
	<u>5.303</u>
Saldo final:	

(ii) Covenants

Não há nos contratos de empréstimos e financiamentos nenhuma cláusula restritiva (*covenants*) a ser observada em ambos os exercícios.

19 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado 2018
Programa de Integração Social - PIS	65
Contribuição Financiamento da Seguridade Social - COFINS	301
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	105
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	112
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	343
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	600
Outros tributos a recolher	187
	<u>1.713</u>

20 Tributos parcelados

	<u>Consolidado</u> <u>2018</u>
Secretaria da Receita Federal - Pis, Cofins, IRPJ e CSLL	2.119
ICMS AIIM nº 4064463-7	<u>406</u>
	<u>2.525</u>
	159
Circulante	2.366
Não circulante	

21 Debêntures

Em 07 de novembro de 2018 a Companhia aprovou a emissão de debêntures conversíveis em ações preferenciais da Companhia, da espécie quirografia subordinada, para colocação privada no valor de R\$ 20.200.

Nesta data foram emitidas 2.020 (duas mil e vinte debêntures) ao valor nominal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com vencimento em parcela única em 07 de maio de 2021, sendo a Emissora, a seu único exclusivo critério, converter a totalidade das debêntures em ações da Companhia ou resgatá-las.

A emissão destas debêntures não foi objeto de registro perante a CVM ou perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros (ANBIMA), tendo em vista que as debêntures serão objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores e/ou intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição.

Estas debêntures serão conversíveis em ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, sem emissão de ágio ou deságio, sendo que cada ação preferencial a ser convertida, conferirá ao seu titular:

- O direito a 1 (um) voto nas assembleias gerais de acionistas;
- Prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso de capital, em caso de liquidação ou dissolução da Companhia, conferindo ao titular o direito de receber R\$ 9,30 (nove reais e trinta centavos) por cada ação preferencial, o qual será acrescido de uma taxa de retorno de 15% ao ano e variação acumulada do IPCA, desde a data de conversão até 30 de novembro de 2021;
- Após 30 de novembro de 2021 será acrescido a variação do IPCA no respectivo período, sendo ambos calculados pro rata die até o efetivo pagamento;
- Será resgatável mediante solicitação por escrito do respectivo titular à Companhia e o pagamento do preço de resgate pela Companhia será de R\$ 0,01 (um centavo) por ação preferencial; e
- Será conversível em 1 (uma) ação ordinária.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 40.551, representado por 11.162 ações, sendo 6.237 ações ordinárias e 4.925 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de acionistas.

	<u>Ações</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
SLFT3 Participações Ltda.	6.236.559	22.382	55,88%
TPG ART I Fundo de Investimento em Participações	4.838.710	17.366	43,35%
AG Funder Master Fund, LLC	86.344	803	0,77%
	<u>11.161.613</u>	<u>40.551</u>	<u>100%</u>

b. Destinação dos lucros

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.

1%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório.

Mediante deliberação do conselho de administração, a Companhia poderá preparar demonstrações financeiras em períodos menores e declarar dividendos intermediários com base nos resultados apurados em tais demonstrações ou à conta de reserva de lucros existentes no último balanço anual levantado.

23 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia e suas controladas, apresentam exposição aos riscos de preço das mercadorias vendidas e serviços prestados, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de preço das mercadorias vendidas e serviços prestados

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia e custos operacionais da prestação de serviços a clientes. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se, sobretudo, a movimentos de preços de matérias primas.

Risco de crédito

Contas a receber de clientes

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto, sendo que no caso de contas a receber decorrentes de vendas a Companhia reconhece na data das demonstrações financeiras a provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em análises econômicas por contraparte, em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização destes créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras com elevado rating de crédito.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2018
Ativos	10	260
Caixa e equivalentes de caixa	11	4.910
Contas a receber de clientes		1.710
Outras contas a receber		
Total		6.880

Perdas esperadas no contas a receber de clientes

A provisão para perdas esperadas é reconhecida a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, tendo como base uma análise dos títulos vencidos e a vencer por cliente e a expectativa de perda considerando a) a capacidade financeira de cada cliente em honrar tais obrigações; b) garantias prestadas por tais clientes e c) possibilidade de renegociações e acordos realizados com tais clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados:

31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 48 meses	Mais de 48 meses
Fornecedores	10.461	10.461	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.303	4.081	1.222	-	-
Adiantamento de clientes	1.075	1.075	-	-	-
	<u>16.839</u>	<u>15.617</u>	<u>1.222</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Não é esperado que fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Gestão de capital

A política de gestão de capital da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Categoria de instrumento financeiro		2018
Ativos financeiros		
Caixa e bancos	Custo amortizado	222
Aplicações financeiras (*)	Valor justo por meio do resultado	5
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	4.910
Outras contas a receber	Custo amortizado	1.697
Passivos financeiros		

Fornecedores	Custo amortizado	10.461
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	5.303
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	1.069
Outros passivos	Custo amortizado	6

Hierarquia de valor justo

A Companhia classificou todos os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo (que são equivalentes ao valor contábil), como nível 1 (preços negociados, sem ajustes, em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos), exceto para aplicações financeiras que são classificadas como nível 2, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

24 Imposto de renda e contribuição social

A Controlada Tecsoil Automação e Sistemas S.A. é optante pela apuração com base no lucro presumido. Abaixo apresentamos a conciliação do imposto de renda e da contribuição social do exercício:

	<u>2018</u>
Receita bruta de vendas	11.879
Base de cálculo do imposto de renda (8%)	950
Base de cálculo da contribuição social (12%)	1.425
Receita bruta de serviços	31.871
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social (32%)	10.199
Outras receitas operacionais	<u>635</u>
Total da base de cálculo para imposto de renda	11.784
Total da base de cálculo para contribuição social	12.259
Imposto de renda (15%)	1.768
Adicional do imposto de renda (10%)	666
Contribuição social sobre o lucro líquido (9%)	<u>1.103</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u><u>3.537</u></u>

25 Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>
	<u>2018</u>
Receita de vendas	11.587
Revenda de mercadorias	431
Venda de produtos fabricados	✓

Receita de prestação de serviços	
Licença de uso de softwares	13.038
Locação de equipamentos	11.242
Manutenção de sistemas	982
Outros serviços de assistência técnica	5.965
Deduções das vendas e prestação de serviços	
Devoluções de vendas	(165)
Impostos sobre vendas e prestação de serviços	(3.547)
Total da receita líquida	39.533

26 Despesas por natureza

	Consolidado
	2018
Custo das mercadorias vendidas	7.788
Salários e encargos sociais	17.780
Benefícios a empregados	3.043
Despesas com viagens	5.029
Serviços de terceiros	4.015
Depreciação e amortização	3.523
Conservação e manutenção	468
Locações de veículos	2.110
Energia elétrica e telefone	567
Propaganda e marketing	814
Impostos e taxas não recuperáveis	305
Outras receitas operacionais	(121)
Resultado na alienação de imobilizado	(5)
Provisão para perdas estimadas em créditos	191
Provisão para <i>impairment</i> de estoques	809
Despesas diversas	6.532
	52.848
Classificadas como:	(36.926)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.886)
Despesas com vendas	(13.052)
Despesas administrativas e gerais	(984)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	

27 Resultado Financeiro

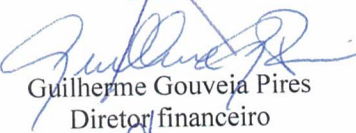
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2018	2018
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	-	299
Outras receitas financeiras	-	151
	<hr/>	<hr/>
	-	450
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(270)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	-	(36)
Juros sobre tributos em atraso	-	(226)
Outras despesas financeiras	(6)	(869)
	<hr/>	<hr/>
	(6)	(1.401)
Financeiras líquidas	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	(6)	(951)

28 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração da controlada Tecsoil Automação e Sistemas S.A. é composto pela diretoria. Os valores pagos no exercício a título de remuneração foram de R\$ 2.064.


 Britaldo Hernandez Fernandez
 Diretor


 Guilherme Gouveia Pires
 Diretor financeiro


 Odair Vieira
 Contador

CRC 1SP 223542/O-8